

# EDUCAR PARA FORMAR CIDADÃOS: EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO PIAUÍ

*Data de aceite: 03/07/2023*

**Lorena Maria de França Ferreira**

Universidade Federal do Maranhão –

UFMA

Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/9548572381548856>

Primário (1927), e também a memória de Antônio Sampaio Pereira, em Velhas Escolas-Grandes Mestres (1996).

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Cidadã. Criança.

**RESUMO:** Durante os primeiros anos da República Brasileira foi desenvolvida a educação por meio da escola, como aparelho de educacional do Estado. Juntamente com a educação existia o desejo e a necessidade de criação de uma população que tivesse conhecimento de seu pertencimento a nação e seu papel de cidadã, dessa maneira o presente trabalho tem como objetivo expor a aspiração do governo do Estado do Piauí e dos educadores, nas três primeiras décadas do século XX, em formar e educar as crianças e jovens para a criação de uma população moldada pelo modelo de civilidade europeia e de cidadã. Para isso são utilizadas as produções do poder público estadual, como as Mensagens dos Governadores do Estado à Assembleia Legislativa (1900-1930), Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí (1910), A Instrução Pública no Piauí (1922), o Programa do Ensino

## EDUCATING TO FORM CITIZENS: EDUCATION IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY IN PIAUÍ

**ABSTRACT:** During the first years of the Brazilian Republic, education was developed through the school, as an educational apparatus of the State. Along with education there was the desire and need to create a population that was aware of its belonging to the nation and its role as a citizen, in this way the present work aims to expose the aspiration of the government of the State of Piauí and of educators, in the first three decades of the 20th century, in training and educating children and young people to create a population shaped by the model of European civility and citizenship. For this, the productions of the state public power are used, such as the Messages of the State Governors to the Legislative Assembly (1900-1930), General Regulation of Public Instruction of the State of Piauí

(1910), Public Instruction in Piauí (1922), the Primary Education Program (1927), and also the memory of Antônio Sampaio Pereira, in *Velhas Escolas-Grandes Mestres* (1996).

**KEYWORDS:** Education. Citizen. Child.

## A CONSTRUÇÃO DA CRIANÇA COMO SUJEITO

À infância foram atribuídas diferentes significações que se modificaram com o tempo. Aos poucos foi sendo percebida pelo meio social, recebendo atribuições e importância na família e no Estado. Assim revelando o caráter novo que a mesma foi adquirindo com as transformações na vida privada e no meio social. Houve uma crescente inquietação dos diferentes órgãos sociais, como a família, o Estado e a Igreja (ARIÈS, 1981), sobre essa fase da vida, em especial quando se referia à educação, não apenas entendida como meio de obtenção de conhecimento intelectual, mas também como meio de disciplinar o corpo.

A criança se forma socialmente como um sujeito diante das mudanças nas relações sociais com os seus membros familiares e com as mudanças nas configurações com o trabalho fosse ele em ambiente doméstico ou público. Ela que antes ocuparia espaços secundários no seio familiar ou social, foi aos poucos para o centro.

Dessa forma, é importante salientar esse processo de construção através do livro *História social da criança e da família* (1981) de Philippe Ariès possibilitou o conhecimento da formulação de duas teses sobre a infância nas sociedades tradicionais e industriais. A primeira tese refere-se inicialmente à velha sociedade tradicional, essa que via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, sendo a criança logo misturada a vida juntamente com os adultos, na qual partilhava de seus trabalhos e jogos.

Em qual as crianças pequenas eram vistas como se elas fossem animaizinhos que serviam para animar as pessoas. Se essas morressem, como aconteciam frequentemente, alguns poderiam ficar desolados, no entanto esse sentimento não era compartilhado por todos que consideravam a vida dessas como efêmeras e que não deveriam se sensibilizar tanto com seres passageiros.

Não havia a percepção da infância como uma fase específica da vida humana, as crianças não eram percebidas como seres frágeis, em plena formação e que dependiam de cuidados e atenções especiais. Não havendo assim instituições que se voltassem exclusivamente para elas, muitas sendo, desde muito cedo inseridas no mundo do trabalho, dividindo assim os espaços com os adultos.

A inexistência de ambientes para o acolhimento das crianças como a escola, proporcionava que essas vivessem em ambientes de sujeitos mais velhos e por isso tivessem experiências no cotidiano que fossem para outras idades que não as suas. Mas isso não seria um problema, logo que não haveria o entendimento da necessidade de direcionamento das experiências por idades ou fases do desenvolvimento humano.

Além disso, a família não tinha a função afetiva, mas isso não quer dizer que não existisse o amor, mas sim a de conservação dos bens e a prática comum de um ofício. A família se configurava mais como um grupo social ao qual se pertencia, sendo um instrumento de inserção ao meio social. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram feitas fora da família, em um meio composto de vizinhos, amigos, mulheres e homens. No entanto, no fim do século XVII e início do XVIII houve o reconhecimento da família longe da vida coletiva, próxima da vida privada.

A segunda tese desenvolvida mostra o caráter assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais. O autor com essa tese possibilita o conhecimento sobre essa nova criança que sai do meio privado e passa aos poucos ocupar novos ambientes como a escola, entendendo que:

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles [...] Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p.11).

A separação da criança passa a ser entendida como o momento de moralização dos homens, promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Mas ela não teria sido possível sem a cumplicidade sentimental das famílias, uma afeição entre os pais e os filhos – essa se exprimiu, sobretudo através da importância que passou a ser dada a educação.

A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar tal importância que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor. A revolução escolar e o sentimental se deram com um malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária da natalidade, bastante evidente no século XVIII. Dessa maneira, a criança ganha maior visibilidade quando é percebida como continuadora da linhagem do nome familiar.

A infância passa a ser vista como momento de aprendizagem, incorporação de práticas e valores que faziam parte do cotidiano e que também deveriam ser conduzidas até a vida adulta, condicionando e definindo assim os papéis de cada um no corpo social. Com isso, o aprendizado das crianças tinha o sentido de ensinar a elas também a se movimentarem em um mundo heterogêneo e estratificado. Na qual as pessoas eram marcadas por relações de gênero, pela condição social e por questões raciais, as crianças deveriam aprender, como também incorporar as diversas condições sociais que separavam as pessoas em homens e mulheres; em ricos e pobres; em senhores e escravos.

A aprendizagem da vida prática era importante para dar continuidade a toda engrenagem produtiva da propriedade e às relações de poder e mando, para os meninos as práticas sexuais também tinham importância central no aprendizado de ser homem. Philippe Ariès expõe também a atitude moral tradicional com relação a alguns jogos,

brincadeiras e divertimentos, que ocupavam um lugar tão importante nas sociedades antigas. Uma preocupação, antes desconhecida, de preservar sua moralidade e também de educá-la, proibindo-lhe os jogos então classificados como maus, e recomendando-lhe os jogos então reconhecidos como bons.

Em *História das crianças no Brasil (2006)* Mary Del Priore releva os mais diversos estudos sobre a infância, realizados por historiadores brasileiros. A gama de questões é ampla, e vai do período colonial brasileiro até o século XXI, mostrando-nos as diversas experiências vividas pelas crianças. A autora ainda reitera que a infância foi reinventada ao longo do tempo, desde a expansão marítima portuguesa, no qual o papel da criança era diferente do que entendemos na contemporaneidade. Pois esta era percebida apenas como mais um dos integrantes do gene familiar, apesar das novas descobertas e dos antigos costumes.

A partir de Pedro Vilarinho Castelo Branco em *Com afeto e disciplina (2005)*, os literatos apontam novas formas de perceber e dizer as crianças na sociedade. Um aspecto revelador da nova sensibilidade para a idade infantil que eles procuravam difundir na sociedade, diz respeito à objetivação dos infantes como seres frágeis, inocentes, que tinham direito de serem protegidos, dessa forma, os pais deveriam direcionar aos filhos a atenção, o carinho e as expectativas. Em síntese, os literatos procuravam acentuar o caráter único de cada filho, mostrando que cada membro do meio familiar era insubstituível e que ele necessitava de carinho e atenção da família, para a sua formação em quanto sujeito no meio social.

Algo que pode ser percebido no também existiam os discursos sobre a infância os quais ganhavam um maior destaque aqueles produzidos pelos literatos, como Pedro Vilarinho Castelo Branco (2005) demonstra que existiam duas vertentes de argumentos os quais apontavam para as novas formas de percepção das crianças no meio social. Uma delas tentava criar a significação da criança como ser frágil o qual teria que ocupar o lugar central da família, fazendo com que a mesma voltasse seus esforços e possibilidades, que a criança atingisse uma vida adulta propícia ao sucesso social. Já a segunda vertente pretendia retirar do poder patriarcal a responsabilidade do ensino infantil, sendo transferida ao poder público do Estado.

A infância no século XX aos poucos foi recebendo uma maior evidência ao ser percebida como uma das fases da vida humana, sendo essa às vezes como a que determina a formação ou não de um cidadão. No Brasil, a infância, de forma incipiente, foi se atrelando a ideia de educação, pois nesse período o país agregava aos seus discursos a noção de progresso não apenas econômico, mas social e intelectual.

Assim, a pedagogia ganhou espaço juntamente com o processo de urbanização nas cidades brasileiras, devido à criação da necessidade de formação de espaços os quais direcionassem a população a obtenção de padrões modernos de civilidade e também de educação. Com isso, a inserção da instrução pedagógica nas cidades do Piauí aconteceu

de maneira gradual, lenta, o que implicou na tardia expansão do ensino para todas as regiões, desde os centros urbanos às áreas interioranas do Estado.

## A FORMAÇÃO DO CIDADÃO PELA EDUCAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX a educação foi uma das preocupações do poder público do Estado do Piauí tanto na capital quanto no interior. Diante disso, houve a defesa quanto à obrigatoriedade de ensino, como na afirmação do governador Álvaro Osório Mendes em 1905, o qual defende que enquanto não existisse e fosse decretado o ensino obrigatório pouco se evoluiria quanto à instrução pública (ESTADO DO PIAUÍ, 1905). Essa educação estava ligada a ideia de educar as crianças, essas que ocupariam os ambientes escolares que se espalhariam pelo território piauiense.

A necessidade de se instituir o ensino das primeiras letras no Piauí passou a se configurar nos novos discursos sobre a importância de se educar as crianças. Os ensinamentos de pedagogias e dos códigos possibilitariam a formação de cidadãos preocupados com a instrução intelectual, com a higiene e com a qualidade de vida local, através do conhecimento moral e cívico. Assim, a infância passou a ser alvo principal dos pedagogos e das instituições locais, pois essa se configura como fase inicial e mais propícia a prender os ensinamentos.

De acordo com Itamar Sousa Brito em *História da Educação no Piauí (1996)* o Regulamento de 1910 sofreu influência de intelectuais que integravam a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública, sendo essa uma instituição privada que foi importante para a expansão do ensino pelo Estado. A mesma contou com a presença de Antonino Freire, que era nesse período o governador do Piauí, e também Matias Olímpio, o qual era Secretário do Estado do Governo. Esses viam na instrução pública a solução necessária para a resolução dos problemas sociais do Estado, devido esse ainda se encontrar com grande parcela da população classificada como analfabeta.

Então, o Regulamento visava modificar o ensino do Estado a partir de determinações que deveriam ser cumpridas. Essas iam desde as formas de inspeções das escolas, até a pedagogia adotada, como de acordo com Capítulo Segundo do artigo 10 no qual “o ensino público ministrado pelo Estado tem por fim preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão” (ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p.12). Evidenciando que a educação infantil deveria proporcionar a formação de cidadãos piauienses, os quais compreenderiam suas funções na sociedade.

Além disso o Regulamento de Instrução Pública recomendava que a relação do professor com seu aluno fosse afetuosa. Isso se dava a partir da necessidade de se instituir um ensino no qual era necessário que o aluno se sentisse mais seguro por quem estava sendo educado, não acontecendo assim um temor ao professor. Dessa forma, o professor, como revela o Regulamento de 1910, deveria assumir uma nova posição diante do seu

aprendiz, o qual deixaria para trás a pedagogia baseada no uso da força, das punições e do medo para formar cidadãos (ESTADO DO PIAUÍ, 1910).

Art. 142. A disciplina escolar deve repousar essencialmente na afeição dos alunos ao professor e ao ensino, devendo por sua vez o professor mostrar-se afetuoso para os alunos, de modo a serem estes dirigidos, não pelo temor, mas pelo conselho e persuasão amistosa. Art. 143. Aos alunos é expressamente proibido praticarem quaisquer atos que deponham contra a boa educação e os bons costumes, devendo os professores serem solícitos em lhes explicarem, por meios brandos, os inconvenientes da prática de tais atos (ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p. 48-49).

Os alunos eram orientados a não praticarem atos que pudessem ser considerados contra a manutenção de uma educação de qualidade e de bons costumes, para isso determinava-se que o papel do professor seria determinante, pois o mesmo além de orientá-los também tinha como aplicar os métodos de correção. Para tal ensino caberia ao professor que além do ensino nas escolas também o colocasse em prática em seu cotidiano, em especial em ambientes de grande visibilidade social. Assim educaria os alunos através de sua própria educação ao praticar atitudes entendidas como corretas de acordo com os parâmetros educacionais defendidos pelo Regulamento de Instrução Pública de 1910 (ESTADO DO PIAUÍ, 1910).

Em 1911 o governador Antonino Freire da Silva discorreu sobre a Lei Orgânica do Ensino a qual consistia em dar uma completa autonomia aos institutos de instrução pública secundária e superior e também no banimento de diplomas acadêmicos, sendo assim substituídos por certificados de estudos. Em mensagem governamental do mesmo ano, o governador defende que contribuiria para a educação e também prepararia cidadãos aptos para lutarem pela vida, evitando que acontecesse simplesmente a instrução. Visava a formação de alunos que não fossem apenas mantidos pelo poder público do Estado, desejava autonomia para expansão do ensino e a sua continuidade após a conclusão do ensino primário.

No ensino de história também caberia ao professor explicar a criança o lugar onde esta nasceu e os demais integrantes de sua família. O ensino da história local serviria para que o aluno tivesse conhecimento sobre os lugares que faziam parte de suas histórias de vida como casa paterna, cidade, vila ou bairro, Estado e Nação (ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p.13).

Dessa maneira, o Programa de Ensino também se refere quando ao ensino da história do Estado do Piauí na disciplina história, esse se configuraria como um momento no qual o aluno teria uma noção sobre o Estado, sendo indispensável para que o mesmo pudesse criar um sentimento, um vínculo com o lugar, além de também proporcionar a compreensão da história nacional e a formação do culto à Pátria, criando o patriotismo nas crianças.

O ensino infantil através das disciplinas e da atuação do professor tinha como um

dos seus objetivos, além de educar o corpo, os comportamentos e o físico, a criação de identificação com uma nação que estava sendo construída nas primeiras décadas do século XX. Isso se deu a partir das disciplinas escolares como as de história e de geografia, as quais ensinavam quanto a nação e também quanto ao Estado. Além disso, a atuação do professor como meio de criação do sentimento foi essencial, pois o mesmo fornecia o uso de ideias criativas como formação de contos imaginários sobre o Brasil, os seus fatos e personagens históricos, como também ensinava o hino nacional e a contemplação da bandeira nacional (ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p.13).

E além dessas disciplinas o Programa destacava a Instrução moral e cívica a qual estava presente em todos os anos do ensino primário. Ela era defendida nos currículos escolares por ser dada a importância atribuindo para criar cidadãos. Era baseada na ideia de respeito mútuo entre os alunos.

O ensino para civilizar e formar cidadãos também está presente na obra de Antônio Sampaio em sua memória *Velhas Escolas- Grandes Mestres* (1996) no qual mostra a educação no Piauí nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Esse período mostra a substituição da mão de obra masculina pela feminina para ser professora na educação infantil, assim como a expansão do ensino para o interior do Piauí.

Ainda em sua obra de vida ele trata do ensino dessas professoras as crianças do interior no qual são ensinadas a permanecerem em filas na escola antes de começar as aulas para que cantassem o hino do Brasil mesmo que de forma decorada e sem muito pensar nas palavras proferidas. Dessa maneira, ele mostra que com a atuação do Estado com o uso de professoras formadas pela Escola Normal tentava se formar uma população com traços de cidadãos e com identificação com a nação brasileira.

Além das formas de ensinar no jornal *Diário do Piauí* (1914) Abdias Neves, ele revela a importância que deveria ser dada ao corpo infantil na educação, pois a ideia de desenvolvimento físico estava relacionada com a de possíveis guerras e conflitos nas primeiras décadas do século XX, devido ao processo de industrialização e as competições comerciais, as quais gerar conflitos entre as potências econômicas e industriais. Outra causa que dava maior visibilidade ao corpo era a ideia de que a existência de corpos saudáveis e vigorosos em uma nação proporcionava que esta tivesse bons cidadãos, os quais se constituiriam como a segurança nacional.

É necessário retemperar o físico, torná-lo apto a resistência, fortalecê-lo para a luta. E se dos cuidados à primeira infância depende, em grande parte, essa resistência; se eles competem aos pais, o professor pode fazer muito no sentido de lhes preencher a falta, ou de secundá-los, praticando com os alunos a educação física, indireta ou direta (NEVES, 1914, p.2).

Dessa maneira, o ensino obtido no ambiente escolar não deveria se limitar a fornecer apenas os conhecimentos científicos, e nem tão pouco apenas criar cidadãos que se identificassem com a história e os ideais de uma nação, mas deveria nesse período se

destinar também a formação de alunos que pudessem pensar por si mesmos e compreender aquilo que lhe eram ensinados. Esse ensino possibilitaria, antes de tudo, a sobrevivência e manutenção desses cidadãos no meio social, no qual conseguiriam se perceber como sujeitos atuantes.

Diante das novas formas de educar a infância nas primeiras décadas do século XX foi possível perceber o desejo e o empenho do poder público para que acontecesse o desenvolvimento do ensino pelo Piauí, criando assim medidas que possibilitassem a educação não apenas intelectual, mas também moral cívico e físico. Eles articulavam escola, pedagogia e corpo.

## CONCLUSÃO

Através dos traços observados a partir da educação infantil no Piauí que estava em processo de consolidação e expansão durante as primeiras décadas do século XX é possível perceber a preocupação e dos desejos do poder público do Estado do Piauí e de intelectuais na formação de uma população moldada pelos ideais de civilidade europeia e pelas concepções sobre a aquisição de um povo cidadão.

A formação de um povo cidadão tinha como pilar fundamental de obtenção de um povo sob os moldes de civilidade, pois desde os fins do século XIX no Piauí, e também do Brasil de forma geral, o ensino passou a ser entendido como ferramenta de consolidação de modelo de povo brasileiro civilizado e com ideias de pertencimento a nação. Isso, poderia enquadrar o Brasil no modelo de República que tanto se almejava consolidar.

Sendo assim é possível observar para além dos desejos de formação de uma população cidadã, existiam os esforços para a consolidação da educação e até mesmo como, apesar de certas vezes sem efeito, a tentativa de se criar a ideia de pertencimento a nação brasileira e a identidade dessas crianças com o Estado e a Nação.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1981.

BRITO Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Orgs). **História: cultura, sociedade, cidade**. Recife: Bagaço, 2005.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5. ed. São Paulo:Contexto, 2006.

ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1905. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes. Teresina: Tipografia do Piauí, 1905.



ESTADO DO PIAUÍ. Presidente da Câmara, 1910. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Presidente da mesma, Manoel Raymundo da Paz. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Programa do ensino primário**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1927.

ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí**, 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí**, 1910.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. **Diário do Piauí**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914, p 2.

OLIMPIO, Matias et al. **A instrução pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

PEREIRA, Antônio Sampaio. **Velhas Escolas – Grandes Mestres**. Teresina: COMEPI, 1996.